

Brasil gastará menos com juros

Os pagamentos dos encargos da dívida pública brasileira neste ano e em 2004 somarão R\$ 274,9 bilhões. Os números foram apresentados ontem pelo presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, à Comissão Mista do Orçamento. Segundo Meirelles, neste ano, os serviços da dívida pública somam R\$ 153,9 bilhões, sendo R\$ 137,1 bilhões referentes apenas aos encargos da dívida interna.

Mas em 2004 o gasto cairá: serão R\$ 121 bilhões, dos quais R\$ 105,4 bilhões com serviços da dívida interna. Apesar de ainda altos, Meirelles destacou que haverá uma melhora em 2004, com a redução dos encargos. No ano passado, foram gastos aproximadamente R\$ 110 bilhões em juros da dívida pública. Em 2001, as despesas somaram R\$ 86,4 bilhões.

O aumento ocorrido em 2002 se deveu basicamente a três fatores: alta do dólar, da inflação e da taxa Selic. Durante a audiência, Meirelles fez uma apresentação sobre a situação da economia brasileira, abordando temas como crescimento, taxa de juros, inflação e dívida pública. Segundo ele, a taxa de juros Selic é um dos fatores do custo do crédito, mas não o único. Ele lembrou que, em outubro de 2002, quan-

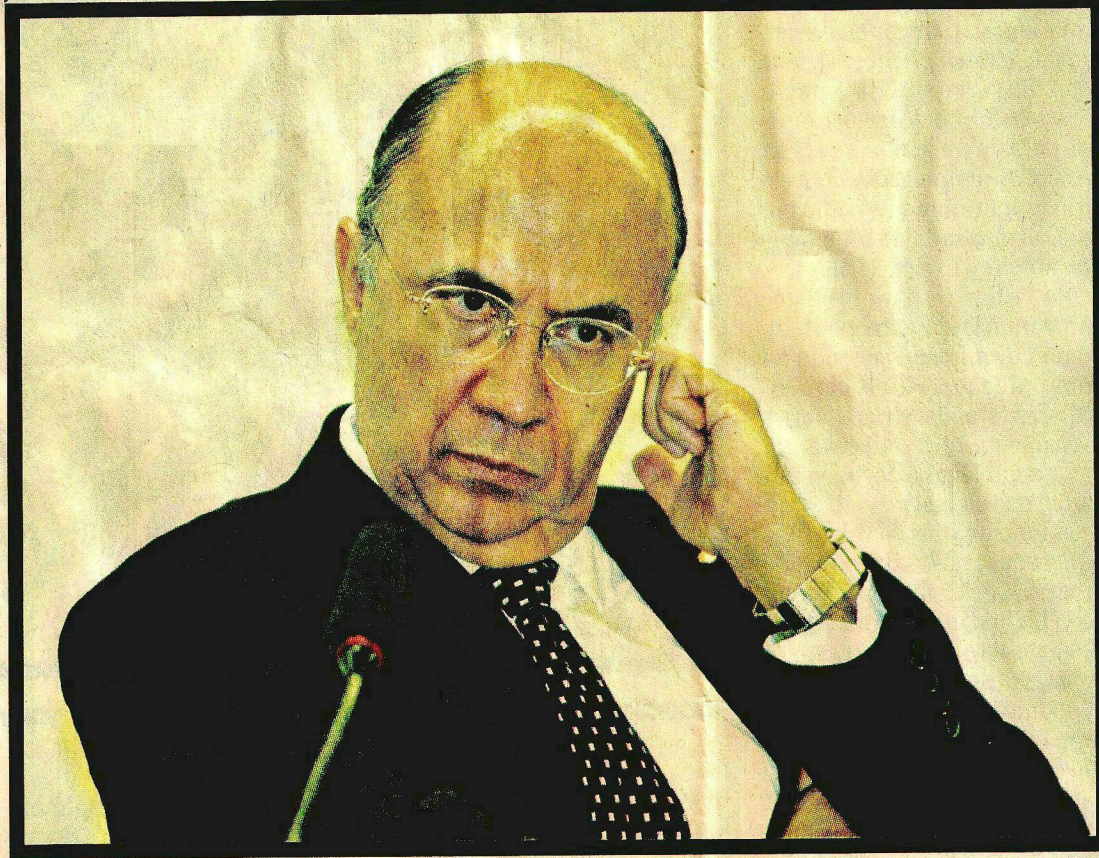
do a taxa Selic estava em 18% ao ano, os juros de mercado estavam acima de 30% ao ano.

Ele afirmou que a melhora nos indicadores econômicos este ano e a previsão do governo de avanços mais expressivos a partir de 2004 não serão suficientes para permitir um afrouxamento do ajuste fiscal imposto ao país desde 1998. Nos cálculos do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, a realização de superávits primários constantes da ordem de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) é necessária para assegurar a queda da relação entre a dívida pública e o PIB, importante indicador na análise de risco da economia. A meta do governo, segundo Meirelles, é de que essa relação caia do patamar atual de 57% para próximo dos 40% do PIB somente em 2010.

Contas públicas

As contas do governo central fecharam o mês de setembro com um superávit de R\$ 3,810 bilhões. Com isso, o saldo acumulado chega a R\$ 38,751 bilhões, cumprindo antecipadamente e com folga a meta prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano: R\$ 38,2 bilhões. “Está mais ou menos segundo o programado”, disse ontem o secretário do Tesouro Nacional, Joa-

José Varella



MEIRELLES: “MELHORA NOS INDICADORES NÃO SÃO SUFICIENTES PARA PERMITIR AFROUXAMENTO DO AJUSTE FISCAL”

quim Levy. Tradicionalmente, o volume de despesas do governo cresce a partir de setembro, daí a necessidade de acumular saldos nos primeiros meses do ano.

O resultado divulgado hoje

(29) diz respeito ao resultado primário (receitas menos despesas, exceto gastos com juros) das contas do governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central).

Na sexta-feira, o Banco Central deverá divulgar o resultado das contas do setor público consolidado, que é o que vale para o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A meta fi-

xada para o período janeiro a setembro no acordo com o Fundo é de R\$ 54,2 bilhões para o conjunto formado por governo central, empresas estatais, Estados e municípios.

Levy negou que o cumprimento da meta prevista para o ano signifique, necessariamente, aumento na liberação de gastos pelos ministérios. Ele disse que há “mais de par de bilhão de reais” já tornados disponíveis para os órgãos públicos e ainda não gastos.

“A distribuição do dinheiro não é uniforme”, disse, ao comentar a afirmação de que os ministérios estão na penúria. Segundo o secretário, é possível que alguns ministros tenham optado por manter os recursos em caixa, para fazer frente às suas programações de gastos. Levy informou, ainda, que os ministérios das áreas sociais gastaram praticamente todo o recurso a eles liberado.

Em setembro, o total de despesas apresentou até uma ligeira queda com relação a agosto, somando R\$ 19,988 bilhões contra R\$ 20,461 bilhões. A retração, porém, está concentrada nos gastos com seguro-desemprego. As despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) caíram de R\$ 1,235 bilhão para R\$ 447 milhões.